

Interseccionalidade e Políticas Públicas: Alguns Deslocamentos das Psicologias Brasileiras

Wanderson Vilton Nunes da Silva¹

¹Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE,
Brasil.

Neuza Guareschi²

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,
RS, Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em problematizar o campo da Psicologia nas políticas públicas brasileiras, a partir dos estudos interseccionais destacados pela luta e construção de conhecimento das mulheres negras. Consideraremos o percurso histórico das psicologias no país e as construções epistêmicas dos movimentos sociais junto a este campo de conhecimento, destacando a ação das mulheres negras e sua relevância para a consolidação da interseccionalidade como conceito fundamental às psicologias no campo das políticas públicas. Para alcançarmos nosso objetivo, fizemos uma análise do conceito a partir de uma perspectiva genealógica, considerando a história do conceito e do campo científico a ele atrelado nas políticas públicas do país. As principais considerações remetem à relevância histórica deste conceito e do trabalho das mulheres negras para a consolidação da democracia brasileira e para a construção de conhecimento em Psicologia, bem como alguns riscos históricos do neoliberalismo para a intervenção junto ao campo dos marcadores sociais.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Políticas Públicas, Psicologia, Questão Social. Questão Racial.

Intersectionality and Public Policies: Some Shifts from Brazilian Psychologies

Abstract: This study aims to problematize psychology in Brazilian public policies based on intersectional studies. We will consider the historical trajectory of psychology in the country and the construction of social movements within this field of knowledge, underlining the action of Black women and their importance in consolidating intersectionality as a fundamental concept for psychology in public policies. To achieve our aim, we analyzed the concept from a genealogical perspective, considering the history of the concept and this scientific field and public policies in Brazil. The main considerations refer to the historical relevance of this concept and the work of Black women to consolidate Brazilian democracy and to construct knowledge in psychology, as well as some historical risks of neoliberalism for intervention in social markers.

Keywords: Intersectionality, Public Policies, Psychology, Social Issue, Racial Issue.

Interseccionalidad y Políticas Públicas: Algunos Cambios de las Psicologías Brasileñas

Resumen: El objetivo de este artículo es problematizar el campo de la Psicología en las políticas públicas brasileñas, con base en estudios interseccionales que se destacan por la lucha y la construcción de conocimiento de las mujeres negras. Consideraremos la trayectoria histórica

de la Psicología en el país y la construcción de movimientos sociales dentro de este campo, con énfasis en la acción de las mujeres negras y su importancia en la consolidación de la interseccionalidad como un concepto fundamental para la Psicología en las políticas públicas. Para lograr el objetivo, analizamos el concepto desde una perspectiva genealógica al considerar la historia del concepto y de este campo científico relacionado a las políticas públicas en el país. Las principales consideraciones se refieren a la relevancia histórica de este concepto y la labor de las mujeres negras para consolidar la democracia brasileña y construir el conocimiento en Psicología, así como algunos riesgos históricos del neoliberalismo para la intervención en el campo de los marcadores sociales.

Palabras clave: Interseccionalidad, Políticas Públicas, Psicología, Cuestión Social, Cuestión Racial.

Temos como objetivo problematizar o campo da Psicologia nas políticas públicas, a partir dos estudos interseccionais, ao considerarmos o percurso histórico das PsicoLOGIAS no país e as construções dos movimentos sociais nesse campo de conhecimento. Para isso, procederemos com uma breve introdução às questões que contextualizam a Psicologia e as políticas públicas brasileiras no sentido de sua interseccionalidade. Em seguida, retomaremos a história da Psicologia e as diferentes abordagens que buscaram (e buscam) articular diferentes marcadores sociais no que chamamos de articulações psicossociais, considerando mais recentemente as interseccionalidades e os feminismos negros.

Desse modo, apresentaremos uma breve história dos marcadores sociais quando pensados em um conceito mais amplo de saúde, especialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como a forma com que isso tem implicado no que chamamos de intervenção psicossocial. Nesse ponto, a pergunta que nos acompanhará ao longo deste artigo consiste em atualizar no tempo histórico o que significa interseccionar práticas na Psicologia brasileira.

A interseccionalidade como analítica na história da Psicologia brasileira

Na história da Psicologia brasileira há uma marca importante relacionada à construção de análises situadas que levem em consideração contextos e historicidades, principalmente com o advento da Constituição de 1988 e a formulação de políticas públicas em diferentes setores, como saúde, educação, assistência social, entre outros (Guareschi, Cruz, & Battistelli, 2019; Guareschi, Scisleski, Reis, Dhein, & Azambuja, 2014; Guareschi, Cruz & Rodrigues, 2013; Guareschi & Cruz, 2010; Cruz & Guareschi, 2012a, 2012b; Tatsch et al., 2009).

No entanto, antes desses contextos democráticos o país viveu uma crise política que afetou diretamente nossas construções teórico-práticas. Especialmente na década de 1970, a Psicologia brasileira estava recém-constituída como ciência e profissão, quando o contexto histórico e político estava mergulhado em uma assombrosa perseguição política de um regime ditatorial. Estávamos em plena ditadura militar brasileira (Coimbra, 1995).

Nesse período histórico, havia no país a hegemonia de uma Psicologia alimentada por um modelo teórico-prático de conhecimento produzido nos Estados Unidos da América (EUA). Tal conhecimento psicológico fora introduzido no Brasil destituído de uma crítica social, política e econômica, sendo reproduzido e aplicado sem qualquer crítica. Naquele período, os saberes norte-americanos eram aplicados sistematicamente no país sem qualquer contextualização ou adaptação, como era dito à época (Lane, 1984). Essa construção levou à constituição de um período histórico de nossa disciplina chamado de *crise de referência* (Campos & Guareschi, 2000; Strey, 2012), marcado pela transposição e replicação das teorias e dos métodos da psicologia norte-americana. Strey (2012) afirma que se tratava de um posicionamento colonialista, atravessado pela importação desenfreada e acrítica de posturas teóricas estrangeiras (principalmente norte-americanas), abarcando o final da década de 1970 no país e na América Latina. Asseguram, ainda, que tal crise já estava presente desde a década 1960 na Europa (Jacó-Vilela et al., 2003).

Com essa historicidade, foi possível uma série de mobilizações no campo amplo da Psicologia brasileira, que promoveu mudanças históricas decisivas em nossa disciplina científica no país. Dentre elas, podemos citar o surgimento da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), que, ao

lado da Psicologia da América Latina, inaugura um movimento dentro da Psicologia voltado a pensar o compromisso social da Psicologia brasileira e latino-americana. Desse modo, passa a interessar às(aos) psicólogas(os) brasileiras(os) um conhecimento que se posicione com compromisso social e que promova transformação de realidades historicamente marcadas por violência, opressão e injustiças sociais (Strey, 2012; Conselho Federal de Psicologia, 2022; Campos & Guareschi, 2000).

Conforme Jacó-Vilela (2021), a emergência e o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão no país estão relacionados às condições socioculturais, econômicas e políticas. Acrescentamos a isso os elementos de uma colonialidade presente nas formas de construção da disciplina. Entendemos que “a colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada” (Mignolo, 2007, p. 2). Desse modo, o conceito de colonialidade atenta-nos a um projeto da modernidade que marca o capitalismo e seu projeto de globalização, tendo sua origem narrativa na Europa.

Durante décadas, a Psicologia latino-americana buscou consolidar-se como ciência e profissão considerando o território e suas realidades como constituintes de alternativas ao projeto colonial europeu. Nesse sentido, a Psicologia procurou estabelecer práticas e ações que possibilitassem a transformação das realidades de opressão e injustiças sociais.

Para continuarmos, é necessário situar uma definição de políticas públicas que nos permita construir as próximas problematizações. Segundo Neuza Guareschi (2004, p. 180), entendemos como políticas públicas

... o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Também podemos compreender as políticas públicas no que possibilitam quanto à participação política e democrática. Assim, “uma política pública põe em jogo os diferentes modos de existir e de respirar, ela conspira com diferenças e vulnerabilidades que permitam às vidas continuarem em movimento” (Silva,

2021, p. 9). O que podemos indicar é a forma como as políticas públicas atuam tanto na construção de ações coletivas relacionadas ao compromisso público em diversas áreas, como no que diz respeito à construção de participação social e popular no controle social das políticas públicas. Portanto, as políticas públicas estão caracterizadas como um campo de disputas e conflitos na luta por direitos sociais e políticos (Silva et al., 2022).

Dito isso, entendemos que a Psicologia e as políticas públicas constroem uma parceria histórica, a partir de uma demanda democrática por participação política e pela efetividade das ações compreendidas pela ação popular, tal parceria efetiva-se pela vinculação ao compromisso público do Estado brasileiro em relação às demandas sociais e às populações em situação de vulnerabilidade e/ou desproteção social, ambos em contextos de redemocratização no país. Tratamos, portanto, de uma aliança entre a Psicologia, o Estado – em seu caráter democrático e de enfrentamento às injustiças sociais – e as populações compreendidas pelas injustiças sociais. À Psicologia, isso implica comprometer-se com processos que visam o estabelecimento de justiça social, desnaturalizando opressões e violências, garantindo a efetividade de enfrentamentos democráticos nos cenários de luta política.

Nessa direção, as aproximações com os movimentos sociais foram efetivadas pelas/os psicólogas/os ao longo das últimas décadas e, como tal, exige que conceitos sejam transformados, refeitos e reformulados. Esse contato profícuo entre as Psicologias, os campos de luta e a vida social e política tem permitido outros rumos às proposições de visão de mundo da Psicologia brasileira.

O conceito de interseccionalidade emerge no campo da Psicologia, especialmente por meio do feminismo negro, que buscará resolver questões relativas à invisibilidade das opressões estruturais em torno das mulheres negras numa sociedade racista, sexista e patriarcal. Tal conceito busca visibilizar campos de opressão de diferentes modalidades, submetendo populações e seus territórios existenciais.

Lélia Gonzalez (1983), Carla Akotirene (2019), Kimberlé Crenshaw (2002), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) são autoras que contribuíram em seu tempo para a consolidação desse conceito que atravessa transformações teórico-práticas ao longo das décadas. Desde Gonzalez (1983) até Akotirene (2019), passando por Crenshaw (2002), há décadas de lutas sociais das mulheres negras nas Américas

colonizadas e tais autoras atualizaram, cada uma a seu modo, o conceito, que traz junto de si uma ancestralidade e uma historicidade presentes nas lutas do Movimento Negro Unificado (MNU), bem como deixaram suas marcas no campo da Psicologia e das políticas públicas no Brasil. Para Crenshaw (2002, p. 177),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Para Carla Akotirene (2019), o conceito é uma sensibilidade analítica, articulado e elaborado pelo feminismo negro, cujas colaborações, experiências e reivindicações intelectuais eram deixadas de lado pelo feminismo branco e pelo movimento antirracista, focado em homens negros. A autora ressalta que é um instrumento teórico-metodológico que visibiliza a inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado que torna as mulheres negras “repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe” (Akotirene, 2019, p. 14). Assim, a interseccionalidade torna visível a colisão de estruturas de opressão que subordinam mulheres negras.

Esse conceito tem sido amplamente utilizado no campo das políticas públicas no país, ganhando amplitude nas lutas sociais, no ativismo acadêmico e nas pesquisas científicas voltadas às políticas públicas e outros temas que tomam como referências as violências estruturais, atravessadas pela interseccionalidade nos modelos de opressão.

Desse modo, historicamente, ser mulher negra no Brasil está associado a uma série de opressões interseccionadas. Para Lélia Gonzalez (2018, p. 44):

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia bra-

sileira), ela se volta para prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira.

Nesse sentido, a autora assinala uma construção do feminismo negro marcado pelas intersecções de sistemas estruturais de opressão, que envolve também os homens nessas violências que incidem sobre essas mulheres no país.

Para entendermos os caminhos que influem sobre os modos de construção de uma visão que buscou relacionar e complexificar os nossos objetos de estudo no campo das políticas públicas, é importante retomar os diálogos sobre o que chamamos de *determinantes sociais* de saúde. Entre outras questões, o conceito buscou complexificar historicamente nossa relação com a saúde, relacionando-a às questões que escapam dos aspectos meramente biológicos que marcaram a formação, as teorias e as práticas neste campo de conhecimento, especialmente na saúde.

Determinantes Sociais de Saúde (DSS): Tentativas de análises sobre relações e interações

Para Paulo M. Buss e Alberto Pellegrini Filho (2007), as relações entre saúde e determinantes sociais estão relacionadas ao enfrentamento das iniquidades, havendo um histórico consistente da diversidade de paradigmas que explicam o processo saúde/doença em nossas sociedades, desde o século XIX (Buss & Pellegrini Filho, 2007).

Esses autores definem os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) de diferentes formas, a partir da perspectiva de diferentes autores. Acerca dos determinantes sociais, destacam ao menos as seguintes definições: a) as condições de vida e trabalho de um grupo e de um indivíduo estão relacionadas com a saúde deles; b) os fatores sociais, culturais, econômicos, étnico/raciais, psicológicos, a condição de pessoas com deficiência (PCDs) e comportamentais influem sobre a saúde e seus fatores de risco nas populações (definição da Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais de Saúde – CNDSS); c) os DSS são as condições sociais em que vivem e trabalham as pessoas (definição da Organização Mundial de Saúde – OMS). Podemos entender que houve uma construção, ao longo dos séculos XIX e XX, que buscou desestabilizar o discurso biologicista que determina a saúde como um campo puramente biológico.

Quadro 1

Definições de DSS por Buss e Pellegrini Filho (2007).

Proponente	Definição
Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais de Saúde (CNDSS)	“Os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (p. 78).
Organização Mundial de Saúde (OMS)	“Os DSS são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham” (p. 78).
Nancy Krieger	“Os fatores e mecanismos através dos quais as condições sociais afetam a saúde e que potencialmente podem ser alterados através de ações baseadas em informação” (p. 78).
Tarlov	“As características sociais dentro das quais a vida transcorre” (p. 78).

Nota. Buss & Pellegrini Filho (2007).

O Quadro 1 indica a construção de uma preocupação em definir esses determinantes, considerando os processos de injustiça social e como as condições de saúde estariam atreladas às desigualdades sociais e às violências estruturais delas decorrentes. Nessa medida, as políticas públicas deveriam levar em consideração uma série de construções que pusessem em relação tais questões, visando seu enfrentamento para o fim de alcançar um mundo sem iniquidades sociais.

Os esforços para demarcar uma contraposição aos modelos biologicistas em saúde ganham força, mas também são severamente criticados, no sentido de que eles são importantes, no entanto não haveria uma relação de determinação sobre quaisquer questões da vida, no âmbito da saúde, educação, assistência social, ou outro. Há uma crítica contundente a essa expressão que imprime determinação e ideais possivelmente inalcançáveis para as populações marcadas pelas injustiças sociais.

Figura 1

Determinantes sociais segundo modelo DSS de Dahlgren e Whitehead



Nota. Buss & Pellegrini Filho (2007) e Carvalho (2012).

O modelo de DSS proposto por Dahlgren e Whitehead mostra uma visão estruturada dos fatores que afetam a saúde, organizando-os em níveis que vão dos mais simples aos mais amplos. Desse modo, são cinco os níveis propostos pelo modelo: a) fatores individuais; b) estilo de vida; c) redes sociais e comunitárias; d) condições de vida e de trabalho; e) condições socioeconômicas, culturais e ambientais. Esse modelo é utilizado para a compreensão de como os DSS interagem e influenciam a saúde, garantindo a intervenção nas políticas de saúde.

De outro modo, vemos que esse modelo, além de construir uma racionalidade em níveis de determinação sobre a vida, fará isso por meio da produção de causa e efeito, colocando e elaborando um modelo determinista de causa e efeito que destoa das construções que colocam os sujeitos como seres históricos capazes de ação política no mundo. Para Minayo (2021), esse conceito teve como berço de ouro a epidemiologia latino-americana, não as ciências sociais e humanas, constituindo uma contraposição a um biológico marcado por uma biologia funcional, microscópica e fragmentada. Esses autores, segundo Minayo (2021, p. 2), “entronizam um ‘social’ essencialmente macropolítico e socioeconômico”. Ela afirma ainda que um dos conceitos mais duradouros e controversos na história universal da ciência é o de determinismo. A noção de determinismo social tem suas fontes no positivismo e nas dicotomias que o marcaram, especialmente gestado pela sociedade pós-industrial e suas exigências pela eficácia.

Em resumo, a humanização no sentido pleno é a construção gradual de um projeto de pessoa e de vida coletiva no âmbito de um processo histórico também de construção de estruturas, de instituições e de conformação das subjetividades. Hoje, mais do que nunca, o ser humano tem o extraordinário poder de dar realidade a muitas de suas potencialidades e descobrir que há milhões de outras que não conhece e que pode desvendar. Por tudo que já foi dito, sugiro que eliminemos de nosso vocabulário o termo “determinação social”. A quem me perguntar se estou negando as desigualdades, as inequidades e as iniquidades, a fome e a miséria que mantêm tanta gente excluída dos benefícios civilizatórios, eu respondo que não, pelo contrário. Apenas estou dizendo que todos esses males se tornaram mais complexos

com os influxos da sociedade pós-industrial e em rede. Aceitar que as coisas estejam determinadas socialmente significaria desdenhar a criatividade, a autonomia e o poder de cada pessoa ou da sociedade para reagir; ou desconhecer a experiência milenar de que tudo o que é historicamente construído possa ser desconstruído (Minayo, 2021, p. 9).

Desse modo, concordamos com a autora acerca da inexistência de uma concepção de humano que o exima de construir escolhas e decisões, “pois ele constrói sua vida, faz sua história, ainda que no interior de estruturas genéticas e molduras contextuais que não foram por ele criadas e sobre as quais tem escasso controle” (Minayo, 2021, p. 8). Isso implica uma construção sistemática de críticas aos modos pelos quais construímo-nos em meio a um mundo que nos antecede e deixa sobre nós suas marcas (Minayo, 2001). Somos, portanto, seres indeterminados e históricos.

O estudo das relações e das articulações em uma breve história da Psicologia brasileira

Como vimos, os movimentos sociais produziram nas últimas décadas uma relação profícua com os saberes científicos, expressada no diálogo efetivo entre saberes. Os estudos das relações entre diferentes aspectos, marcadores sociais, as intersecções e as encruzilhadas na Psicologia brasileira deveram-se especialmente a esta intensificação dos diálogos com os movimentos sociais desde a década de 1970. Os movimentos *queer*, LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, *queers*, intersexos, assexuais e mais), decoloniais, contracoloniais, feministas, raciais negros, indígenas, do campo, pessoas com deficiência, entre outros, têm contribuído para que a Psicologia construa um percurso marcado pela justiça social, principalmente comprometida com as transformações de realidades de opressão raciais, sexistas, machistas, LGBTfóbica, capacitistas, étnicas etc.

Muniz Sodré (2023) afirma que historicamente a intelectualidade brasileira concentrou-se nas opressões sociais marcadas exclusivamente em torno das condições socioeconômicas. A questão social durante décadas foi constituída especialmente pela visão econômica, mesmo em uma sociedade com séculos de escravidão baseada na raça e sem um plano estratégico de recomposição das vidas violentadas historicamente

por um processo que marca decisivamente as subjetividades de homens e mulheres negras no país.

Sodré (2023) afirma que o racismo foi atribuído a uma questão subjetiva no início do processo de redemocratização do país. Entre outras coisas, isso significaria a impossibilidade de construir dados sobre questões raciais que embasassem a ação do Estado na construção de políticas públicas. Além de outros fatores, isso se deve ao fato de que, diferentemente dos dados raciais, a construção de dados e informações sobre aspectos econômicos eram facilmente organizados pelo Estado, permitindo durante anos que a pobreza e as demais questões econômicas pudessem ser alvo de planejamentos e ações em políticas públicas no país. Nessa medida, o racismo foi construído como uma dimensão psicológica. No entanto, os estudos raciais na Psicologia foram, durante décadas, menos incidentes que os estudos socioeconômicos, sendo estes hegemônicos na história da Psicologia brasileira (Sacco, Couto & Koller, 2016).

Por isso, é importante destacarmos a relevância histórica da emergência da Articulação Nacional de Psicólogas/os/ues Negras/os/es e Pesquisadoras/es (ANPSINEP) no Brasil. A ANPSINEP define-se como “uma Articulação Nacional formada por Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) dedicadas(os) a estudos, ações e formações voltadas para o enfrentamento do racismo, a promoção de saúde mental e o bem viver da população negra brasileira”¹.

Nesse sentido, temos contribuições relevantes no campo dos estudos da Psicologia e iniciativas do Conselho Federal de Psicologia. Obras da psicanalista Isildinha Nogueira, com a *Cor do inconsciente* (Nogueira, 2021); da psicanalista, psiquiatra e pesquisadora Neusa Santos Souza, com *Tornar-se negro* (Souza, 2021); da psicóloga e pesquisadora Maria Aparecida Silva Bento, com *Psicologia social do racismo* (Carone & Bento, 2014) e *O pacto da branquitude* (Bento, 2022), entre tantas outras contribuições dos últimos anos de autoras e autores que multiplicam a produção dessas mulheres. Assim, temos que mencionar também Virgínia Bicudo como a primeira psicóloga negra no sistema Conselhos de Psicologia. Precisamos destacar como, apenas depois de décadas, muitas dessas obras ganham repercussão na editoria nacional da Psicologia brasileira, apesar de algumas terem sido defendidas há 10, 20 ou 30 anos.

Para Gonçalves (2018, p. 520),

O racismo é parte do processo por meio do qual o capitalismo tornou-se (e se mantém) sistema dominante; é esta arma de dominação que fragmenta a classe trabalhadora, em especial neste momento em que o capitalismo não pode mais integrar massas imensas que se tornam cada vez mais supérfluas, descartáveis; em que a barbárie não é mais momentânea, mas tende a se tornar regra; o que, aliás, não é novidade para os(as) ex-escravizados(as), que tiveram dificuldades de serem aceitos como parte das classes laboriosas e desde sempre foram considerados(as) classes perigosas.

Desse modo, parece que se trata de colocar a questão social como questão racial no Brasil. Para Renata Gonçalves (2018), a questão racial é o nó que amarra a questão social no país, e somente por meio do trabalho sobre essa amálgama será possível enfrentar efetivamente as injustiças sociais e os demais sistemas de opressão.

Para Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (2014, p. 161), “não apenas negros devem fazer palestras, mas também pessoas brancas que fizeram um compromisso de ruptura com o abandono do racismo. Estas pessoas poderiam oferecer um modelo para outros brancos, em busca de novas maneiras de entender a sua própria branquitude”.

Uma grande resistência a superar é a crença que muitos querem preservar de que o esforço individual é reconhecido com imparcialidade.

Ou seja, as pessoas evitam enfrentar a questão do racismo enquanto sustentáculo de um sistema de privilégios preferindo acreditar que o reconhecimento que recebem é baseado somente no seu mérito. Colocar isto em questão muitas vezes acentua a tensão entre os participantes (Bento, 2014, p. 157).

Silvio Almeida (2019) afirma que o racismo funciona de modo estrutural, aparecendo em nossa sociedade na forma como as classes sociais se estruturam, colocando em algumas classes sociais e postos de trabalho determinadas etnias e raças, fazendo com que pareça natural. A isto, o autor chama de

¹ Definição presente no site da ANPSINEP, que pode ser acessado em <https://anpsinep.org.br/>.

racismo estrutural. E pode ser pensado ao visualizarmos dados das penitenciárias brasileiras em comparação com dados sobre escolaridade, universidades, trabalho e algumas profissões como as de domésticas, garis, médicos, advogados, entre outros. Se buscarmos dados étnicos ou raciais sobre estas categorias profissionais, veremos como o racismo estrutura destinos em nosso país.

Para Almeida (2019, p. 33),

... o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.

Desse modo, o autor destaca como o racismo é a norma do funcionamento da sociedade capitalista, constituindo as formas como a vida é gerida e direcionada nas estruturas sociais desse sistema econômico.

É preciso destacarmos ainda que o que chamamos de questão social pode ser “caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade” (Castel, 1998, p. 41). Tal coesão está diretamente relacionada a alguns grupos sociais que precisam de proteção social por parte do Estado, de modo a garantir a coesão social.

Assim, para o autor, a nova questão social é parte de um questionamento da função integradora do trabalho na sociedade, manifesta-se com o enfraquecimento salarial e o ressurgimento dos chamados *trabalhadores sem trabalho*.

Para Rosa Helena Stein (2009, p. 153),

Donzelot, ao abordar a exclusão social, alerta para a necessidade de desconfiarmos da familiaridade das palavras, da segurança linear que elas conferem à ordem das coisas, e à natureza dos problemas aos quais somos confrontados. “A luta contra a exclusão mascara uma mutação das formas de intervenção social à qual assistimos após 20 anos ... assistimos à emergência de um novo modo de intervenção social visando desta vez, não mais aos ‘esquecidos do progresso’, mas às vítimas da nova ordem socioeconômica”. As vítimas desta nova ordem constituíam-se de uma população que, antes considerada “normal” passa, hoje, a se “tornar inútil” a esta mesma ordem.

É sobre esses normais que a nova questão social incidirá de maneira contundente. De outro modo, torna-se fundamental que a interseccionalidade com a questão racial seja transformada em elementos centrais das análises sociais e dos processos de intervenção psicossocial. Aliás, essa marca referente às abordagens psicossociais é sinal das tentativas históricas que a Psicologia buscou para o estudo e da ação sobre a relação entre diversos elementos, tal qual a interseccionalidade buscou fazer.

As articulações psicossociais tiveram diversas influências durante a história de nossa disciplina científica, seja a partir da psicologia social crítica ou sócio-histórica, das perspectivas pós-estruturalistas, *queers*, feministas e/ou raciais. Por isso, costumamos afirmar que os estudos de articulações psicossociais são parte da história da Psicologia, especialmente a partir da década de 1970, quando os modelos teóricos e metodológicos existentes na Psicologia brasileira foram severamente analisados, pondo em destaque os limites das dicotomias sujeito e sociedade, indivíduo e social, entre outros, realçando a necessidade de sua superação e da invenção de novos modelos que permitam pluralizar a ciência psicológica brasileira (Coimbra & Leitão, 2003).

A conhecida “crise” da Psicologia Social ocorrida internacionalmente na década de 1960 resultou, na década de 1970 no Brasil, em uma série de controvérsias que tinha como focos principais a polêmica sobre a legitimidade do campo de pesquisa empírica, as discussões metodológicas e o lugar das práticas em Psicologia Social. As controvérsias, de caráter teórico e metodológico, refletiram, nos fóruns de discussão, os impasses da Psicologia Social enquanto ciência e espaço de práticas políticas e ideológicas (Bomfim, 2003, p. 137).

Elizabeth Bomfim (2003, p. 139) afirma que as décadas precedentes à *crise de referência* da Psicologia brasileira foram marcadas pelo “crescente aumento no número de práticas psicossociais ... , destacando-se as práticas relacionadas às comunidades carentes, aos grupos sociais não privilegiados e às instituições totais (prisões, hospitais e organizações de amparo a menores carentes)”. Para a autora, houve também o surgimento dos primeiros cursos de Psicologia Social e Comunitária, as associações em Psicologia, tais como a ABRAPSO, o aumento de

eventos científicos e, desse modo, uma ampliação do intercâmbio entre diferentes profissionais nesses eventos. Em paralelo, houve uma valorização da produção nacional e uma diminuição contundente no número de traduções de manuais estrangeiros

de Psicologia. A autora ainda afirma que a produção psicológica brasileira na época despontou, “lidando com problemas sociais concretos, os discursos psicossociais privilegiaram as situações cotidianas” (Bomfim, 2003, p. 139).

Quadro 2

Das articulações psicossociais à interseccionalidade.

Perspectiva teórica	Características gerais
Perspectivas da psicologia social crítica ou sócio-histórica	Baseada na realidade, busca construir condições de transformação e de justiça social.
Perspectivas pós-estruturalistas	Estabelece a necessidade de uma crítica às estruturas sociais, sendo necessário pensar a pluralidade, escapando de dicotomias e dualismos, entendendo a realidade e as demais categorias como uma construção social.
Perspectivas <i>queer</i> , feministas e raciais	Cada uma dessas categorias tem características particulares de luta e de proposições teórico-epistemológica, bem como metodológica. De modo geral, apoiam-se na crítica aos sistemas de opressões baseados em raça, etnia, machismo, sexismo, patriarcado, binarismo, sexo e sexualidade para construir suas proposições. Estas proposições podem apoiar-se tanto em perspectivas marxistas (macropolíticas) como pós-estruturalistas (micropolíticas), a depender do acento dado às questões que buscam articular, relacionar e/ou interseccionar.
Perspectiva marxista	Estabelece a questão socioeconômica como fundamental, mas articula a ela outras categorias analíticas, buscando uma sociedade com justiça social.

Assim, podemos visualizar que há uma variedade de formas para o estudo e a pesquisa de articulações e relações entre categorias, marcadores sociais, eixos temáticos, entre outros, no campo amplo da Psicologia. Nesse sentido, a interseccionalidade é a forma como temos construído atualmente caminhos importantes que estabelecem parcerias e valorização das contribuições das feministas negras no país e no mundo ocidental. Atualmente, é impossível falarmos sobre tais possibilidades analíticas sem nos remetermos a essas mulheres que historicamente contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa e de uma Psicologia capaz de enfrentar seus processos de forma democrática e comprometida com uma luta antirracista.

Assim, é importante afirmar que os trabalhos dessas mulheres negras têm inspirado a construção de pesquisa científica na Psicologia nos últimos anos, permitindo questionar privilégios, construir interlocuções e parcerias. Deste modo, temos uma história

marcada pela construção de conhecimentos que permite o encontro e a intersecção, seja de perspectivas teórico-metodológicas, seja de diferentes categorias e/ou eixos analíticos que construam enfrentamento de opressões e injustiças sociais. Assim, conforme destacado historicamente pela ANPSINEP, a interseccionalidade é o coração da luta das mulheres negras neste país.

Ao mesmo tempo, algumas autoras alertam para o fato de que há atualmente nesta nova questão social não apenas uma crise de representação, mas uma crise de ação, ou seja, do sentimento generalizado de exclusão política devido à condição de sujeição à ordem socioeconômica (Stein, 2009), acrescentamos a isso a questão racial.

Dessa maneira, Jacques Donzelot (2007) assinou que os marcadores sociais (raça, classe, gênero, geração, etnia, território, deficiências físicas e psicológicas etc.) no âmbito da nova questão social deslocavam-se no contemporâneo por meio dos dualismos

(indivíduo-sociedade, público-privado), abrindo espaço para ação do setor privado, assumindo uma lógica neoliberal marcada pelos conservadorismos da direita. Portanto, cabe a nós construirmos condições de pluralizar e construir infraestruturas para a construção de categorias analíticas interseccionais que permitam a responsabilidade do Estado e a participação popular nos processos de enfrentamento históricos das desigualdades e injustiças sociais e raciais no país, entendendo que tais marcadores são sociais e públicos, e, portanto, de responsabilidade coletiva e do Estado, motivo pelo qual as respostas também devem ser coletivas e do Estado.

Os principais desafios para as políticas públicas no país dizem respeito à construção da interseccionalidade como ponto decisivo por meio do qual sejam criadas medidas estratégicas de construção social e política de relações entre Estado e as suas populações vulnerabilizadas ou em situação de desproteção social. Como afirmamos neste artigo, o desafio se instaura especialmente pela necessidade de construção de um cenário que permita a vida e a organização dessas populações no sistema democrático deste país. E isso marca a relevância de enfrentarmos o racismo cotidiano que estruturou a nossa sociedade por meio da reparação histórica e de um projeto de país com equidade racial.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Polen. (Coleção Feminismos Plurais).
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Bomfim, E. (2003). Contribuições para a história da psicologia social no Brasil (p. 123-144). In A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha & D. Mancebo. *Psicologia Social: relatos na América Latina*. Casa do Psicólogo.
- Buss, P. M., & Pellegrini Filho, A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, 17(1), 77-93. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>
- Campos, R. H. F. Guareschi, Pedrinho A. (2000). *Paradigmas em psicologia social: A perspectiva latino-americana*. Vozes.
- Carone, I., & Bento, M. A. S. (Orgs.). (2014). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (6a ed.). Vozes.
- Carvalho, A. I. (2012). Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In Fundação Oswaldo Cruz. *A saúde no Brasil em 2030: Diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro* (pp. 19-38).
- Castel, Robert. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes.
- Coimbra, C., & Leitão, M. B. S. (2003). Das essências às multiplicidades: Especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 6-17. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200002>
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiões da ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do 'milagre'*. Oficina do Autor.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). Boitempo.
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Quem faz a psicologia brasileira?: Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: Volume I: Formação e inserção no mundo do trabalho*.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. M. F. (Org.). (2012a). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Vozes.
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. M. F. (Org.). (2012b). *Políticas públicas e assistência social: Diálogos com as práticas psicológicas*. (3a ed., Vol. 1). Vozes.
- Donzelot, J. (2007). *La invención de lo social: Ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas*. Nueva Visión.
- Gonçalves, R. (2018). Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálysis*, 21(3), 514-522. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>
- Gonzalez, L. (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2, 223-244.

- Gonzalez, L. (2018). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Filhos da África.
- Guareschi, N. M. de F.; Scisleski, A. C. C.; Reis, C. dos; Dhein, G.; Azambuja, M. A. de (Orgs.). (2014). *Psicologia, Formação, Política e Produção em Saúde*. EDIPUCRS.
- Guareschi, N. M. F. Cruz, L.; Battistelli, B. M. (Orgs.). (2019). *Psicologia e Assistência Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, N. M. F.; Cruz, L.; Rodrigues, L. (Orgs.). (2013). *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. (Vol. 1). EDUNISC.
- Guareschi, N. M. F., Scisleski, A. C. C., Reis, C., Dhein, G., & Azambuja, M. A. (Org.). (2014). *Psicologia, formação, política e produção em saúde*. EDIPUCRS.
- Guareschi, N. M. F., & Cruz, L. (Orgs.). (2010). *Políticas públicas e assistência social: Diálogos com as práticas psicológicas* (2a ed.). Vozes.
- Guareschi, N. M. F., Cruz, L., & Battistelli, B. M. (Orgs.). (2019). *Psicologia e assistência social*. Vozes.
- Guareschi, N. M. F., Cruz, L., & Rodrigues, L. (Orgs.). (2013). *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. (Vol. 1). EDUNISC.
- Guareschi, N. (2004). Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In M. Strey (Org.), *Violência, gênero e políticas públicas* (pp. 177-193). EDIPUCRS.
- Jacó-Vilela, A. M., Rocha, Marisa L., & Mancebo, D. (2003). *Psicologia Social: Relatos na América Latina*. Casa do Psicólogo.
- Jacó-Vilela, A. M. (2021). Trajetórias da Psicologia no Brasil: Conciliações e resistências. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 38. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2021.36485>
- Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 10-19). Brasiliense.
- Minayo, M. C. S. (2001). Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6(1), 7-19. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232001000100002>
- Minayo, M. C. S. (2021). Determinação social, não! Por quê?. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(12), e00010721, 1-12. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00010721>
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Perspectiva.
- Silva, W. V. N., Santos, M. R. S., Silva, J. V. T., & Silva, R. M. (2022). Algumas notas às Políticas Públicas: Historicidade e Populações. *Revista Mosaico – Revista De História*, 16(3), 105-117. <https://doi.org/10.18224/mos.v16i3.12588>
- Silva, W. V. N. (2021). Prefácio. In L. R. Cruz, B. Hillesheim & L. M. Eichherr (Orgs.). *Interrogações às políticas públicas: Sobre travessias e tessituras do pesquisar*. Abrapso.
- Sodré, M. (2023). *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Vozes.
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar.
- Stein, R. H. (2009). A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. *SER Social*, (6), 133-168. https://doi.org/10.26512/ser_social.v0i6.12853
- Strey, M. N. (2012). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. (18a ed.). Vozes.
- Tatsch, D., Guareschi, N. M. F., & Baumgarten, S. T. (Org.). (2009). *Tecendo relações e intervenções em Psicologia Social*. Abrapso Sul.

Wanderson Vilton Nunes da Silva

Professor do Curso de Psicologia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: wandersonvilton@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2396-9933>

Neuza Guareschi

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Educação pela University of Wisconsin. Mestre e Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS. Brasil.

E-mail: nmguares@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5892-188X>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Psicologia, Av. Ramiro Barcelos 2600, Santana. CEP: 90035003. Porto Alegre, RS – Brasil.

Recebido 28/06/2025

Aceito 30/06/2025

Received 06/28/2025

Approved 06/30/2025

Recibido 28/06/2025

Aceptado 30/06/2025

Como citar: Silva, W. V. N., & Guareschi, N. (2025). Interseccionalidade e Políticas Públicas: Alguns Deslocamentos das Psicologias Brasileiras. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298286>

How to cite: Silva, W. V. N., & Guareschi, N. (2025). Intersectionality and Public Policies: Some Shifts from Brazilian Psychologies. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298286>

Cómo citar: Silva, W. V. N., & Guareschi, N. (2025). Interseccionalidad y Políticas Públicas: Algunos Cambios de las Psicologías Brasileñas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298286>